

**- VIII -****OS LIMITES DA DEMOCRACIA ESCOLAR E A RELAÇÃO  
ENTRE A MACRO E A MICROPOLÍTICA**

**Alice Happ Botler** – UFPE  
alicebotler@gmail.com

**INTRODUÇÃO**

Em 2018, cerca de dois milhões de crianças em idade escolar ainda se encontram fora da escola, o que equivale a 5% dos indivíduos nessa faixa etária (GOHN, 2018). Apenas este dado, dentre tantos outros, já é suficiente para demonstrar que o debate sobre a qualidade ofertada pelo processo de escolarização ainda merece muita atenção. (CURY, 2014; DOURADO E OLIVEIRA, 2009; XIMENES, 2017). Este trabalho tem por objetivo problematizar a relação entre a macro política da educação e a micropolítica da escola. Propõe-se a contribuir com reflexões acerca das contradições desse processo de transposição, possibilitando evidenciar o papel dos sujeitos enquanto protagonistas dos processos de planejamento, execução e avaliação de práticas educativas na escola. Sua base de dados advém de pesquisa realizada em sites acadêmicos, sendo, portanto, qualitativa de base bibliográfica. Dentre os autores do referencial teórico utilizado estão também Arendt (2015), Ferrazo e Amorim (2018), Freitas (2016), Nascimento (2018).

**DESENVOLVIMENTO**

As políticas educacionais ampliaram seus dispositivos, especialmente desde a LDB 9394/96, incorporando uma diversidade de problemas postos à educação, com um discurso que visa a redução da exclusão social: políticas relativas às crianças, à juventude, dentre outras, passam a nos revelar possibilidades de reflexão e redefinição prática, no âmbito do currículo escolar. Assim, a análise a respeito da exclusão hoje em dia agrega novos elementos, como as diferenças raciais, étnicas, religiosas, de gênero, que se apresentam enquanto

combate às diversas formas de injustiças sociais, além dos temas já em pauta relativamente ao processo educativo, como as dimensões do acesso, permanência, promoção e qualidade.

Isso decorre, principalmente, de indicadores que ainda gritam e das desigualdades sociais que se refletem na educação e na escolarização. Da mesma forma, a educação também tem papel importante de potencializar a mudança social frente à reversão da atual situação acima delineada. Por este motivo, somos levados a questionar os limites das políticas educacionais em termos de seus desdobramentos nas práticas escolares.

Em *A Condição Humana*, Arendt (2015) suspeita que a experiência política passa, na Era Moderna, a ser domínio dos poucos que tem acesso à verdade, o que gera alienação. A autora associa a experiência da política com a ideia de liberdade (de culto, de expressão e de pensamento). Liberdade é, assim, identificada como *ausência* de constrangimentos (definição negativa de liberdade); é um *exercício dos homens em interação* que ocorre quando eles se encontram em *posição de igualdade*, realizado geralmente de forma discursiva. (NASCIMENTO, 2018).

Tal aspecto nos leva a problematizar a relação agência versus estrutura: Pode a escola se tornar efetivamente uma esfera de ação política? Pode-se pensar em estudantes definindo espaços e caminhos nas suas escolas? Pode-se mesmo conceber uma escola como *agente*, diante da política educacional?

Essas questões são indispensáveis para o debate acerca do processo de democratização da educação e minimização do problema da exclusão, seja no âmbito da gestão escolar, ou da prática educativa, podendo vir a contribuir com o fortalecimento dos vínculos identitários dos estudantes com a escola pública e seus grupos sociais, sejam alunos, professores ou responsáveis. Além disso, tais indagações mobilizam o protagonismo dos escolares no estabelecimento de ações políticas e educativas, contribuindo, assim, tanto para o debate democrático, como para a valorização da escola pública.

Freitas (2016) critica a reforma empresarial da educação evidenciando a noção de responsabilização participativa dos sujeitos em oposição à imputação de responsabilidades, característica das atuais políticas educacionais, esclarecendo que a micropolítica é a via pela qual a escola se firma ou se desorienta diante das determinações normativas. O autor explica que as políticas educacionais pretendem resolver os problemas das escolas desconsiderando seus agentes e a trama de relações que ali se desenrola.

Segundo este autor, vem ganhando importância a focalização de estudos no microcosmo escolar, em que o fundamento da qualidade está na *construção do seu coletivo como uma instância organizadora*. Delimita-se assim, claramente, não apenas os limites da imposição

de modelos universais para todas as escolas, tal como vem estabelecendo as políticas educacionais recentes, como demarca-se a centralidade da micropolítica quando se tem em vista a qualificação da educação e do trabalho escolar, como uma forma de *contra regulação*. Esta complexa teia de regulação-contra regulação, que opera por políticas pautadas na lógica dos resultados estimula a competitividade interna nas escolas, eliminando as possibilidades de diálogo e relações interpessoais solidárias.

Capella (2004) coaduna com esta abordagem e demonstra como os processos de mudanças por que passa a própria concepção de cidadania tem viés político, como direito adquirido para os *sujeitos políticos*. O poder político é requisito para se obter os direitos; no entanto, a cidadania baseia-se na conquista de direitos jurídicos ou formais. Mas não existe nenhum direito sem seu referente “conteúdo” na forma de deveres. A democracia, portanto, realiza-se não apenas com a descentralização outorgada da política, mas com a autonomia construída coletivamente a partir da realidade local. (BOTLER, 2009).

## CONSIDERAÇÕES

A atenção dada às formas de exclusão recentemente focalizadas pelas políticas educacionais no Brasil, que trazem como objetivo reduzi-las, suscita a necessidade de analisar a relação entre a macro e a micropolítica educacional. Procuramos neste trabalho também desvelar o seguinte questionamento: como construir novas cidadanias, estruturalmente inclusivas de sujeitos coletivos em torno de valores, especialmente dos escolares *na* escola com vistas ao enfrentamento das novas formas de exclusão?

Nestes termos, a relação entre a macro política da educação e a micropolítica da escola pode vir a contribuir com reflexões acerca das contradições desse processo de transposição, contribuindo para evidenciar o papel dos sujeitos enquanto protagonistas das práticas educativas na escola, o que nem sempre acontece, *apesar* das políticas educacionais democratizantes estabelecidas desde 1996.

Nos empenhamos neste trabalho em estimular o leitor a pensar a escola na perspectiva das singularidades locais, na contramão da lógica sistêmica da performatividade e avaliação em larga escala, por meio da visibilização dos diferentes grupos identitários.

## REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense, 2015

BOTLER, Alice. Abordagens contemporâneas da gestão escolar. In: \_\_\_\_\_ (Org) **Organização, Financiamento e Gestão Escolar: Subsídios para a Formação do Professor**. Recife: Editora da UFPE, 2009.

CAPELLA, Juan-Ramon. Globalização, o desvanecimento da cidadania. In: BURBLES e TORRES. **Globalização e educação: perspectivas críticas**. São Paulo: Artmed, 2004.(153-167)

CURY, Carlos Roberto Jamil. A qualidade da educação brasileira como direito. **Educação e Sociedade**, Dez 2014, vol.35, no.129, p.1053-1066.

DOURADO, Luiz Fernandes e OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos Cedes**, Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009

FERRAÇO, Carlos Eduardo e AMORIM, Antônio Carlos. Micropolítica, Democracia e Educação. **Teias** v. 18 • n. 51 • 2017 (Out./Dez.)

FREITAS, Luiz Carlos de. Três teses sobre as reformas empresariais da educação: perdendo a ingenuidade. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 36, n. 99, p. 137-153, maio-ago., 2016.

GOHN, Maria da Glória. Jovens na política na atualidade: uma nova cultura de participação. **Caderno CRH**, Salvador, v31, n 82, p. 177-133, jan/abr 2018.

NASCIMENTO, José Almir. **A educação como dispositivo de proteção integral à criança e ao adolescente: um discurso de qualidade**. (Tese). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

XIMENES, Salomão Barros; OLIVEIRA, Vanessa Elias; SILVA, Mariana Pereira da. Judicialização da educação infantil: efeitos da interação entre o sistema de justiça e a administração. São Luiz do Maranhão: **38 Reunião da Anped**, 2017.